



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

## ANEXO

### ANEXO I DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 10/2023 – TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo n. 0004499-47.2021.4.01.8012)

#### AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E ACESSÓRIOS PARA OS AGENTES DE POLÍCIA JUDICIAL DA SJRO

##### 1. DA INTRODUÇÃO

1.1. Em atendimento ao disposto no artigo 14 da Lei n. 8.666/93, no artigo 3º, incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, nos incisos I, III e V e no artigo 8º, inciso II, do Decreto n. 10.024/2019, bem como o disposto no Decreto n. 7.892/2013, foi elaborado o presente Termo de Referência que, através do procedimento legal pertinente, seja formalizado Registro de Preços, com vistas a eventual aquisição de uniformes e acessórios para os agentes de polícia judicial a fim de atender as necessidades da Seção de Vigilância, Segurança e Transporte da Seção Judiciária da Justiça Federal em Rondônia e das Subseções Judiciárias vinculadas, pelo prazo de 12 (doze) meses.

##### 2. DO OBJETO

2.1. Formação de registro de preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de uniformes e acessórios para os agentes de polícia judicial visando atender as necessidades ordinárias da sede da Seção Judiciária da Justiça Federal em Rondônia e Subseções vinculadas de Ji-Paraná e Vilhena, conforme especificações, detalhes e quantidades máximas abaixo:

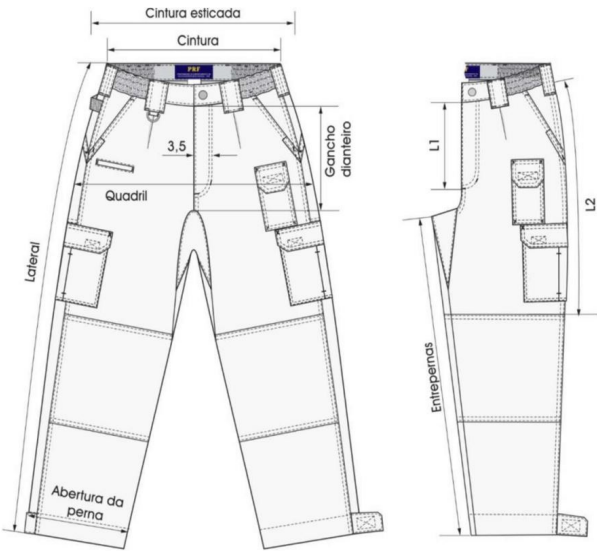
GRUPO	ITEM	MATERIAL	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE A SER REGISTRADA

01	Botas táticas	<p>Bota de alto desempenho tática, tipo desert, na Coordenada Colorimétrica (TAN 4863), devendo possuir as seguintes características:</p> <p>a) confeccionada em couro hidrofugado, que repele a água;</p> <p>b) forração em tecido que permita a rápida dispersão da transpiração, possibilitando a refrigeração interna do cano da bota, que será forrado em tecido 100% poliamida;</p> <p>c) a boca do cano deverá ser almofadada;</p> <p>d) colarinho, em espuma de látex recoberta em couro vacuum vestuário, com espessura entre 0,9mm a 1,1 mm, macio;</p> <p>e) altura do cano a partir do solado de 20 cm;</p> <p>f) solado de borracha antiderrapante com alta resistência à abrasão;</p> <p>g) atacadores: em algodão, formato chato, com largura de 9,0 a 10 mm;</p> <p>h) ilhoses: em cada pé deverá conter 14 ilhoses para passagem do atacador, tipo mista (circular e ganchos);</p> <p>i) acabamento: todas as bordas do cano deverão possuir acabamento dobrado e costurado, as laterais do cano deverão ser acolchoadas com espuma de látex, com costuras acompanhando o seu contorno</p> <p>j) Zíper: em cada pé deverá conter um zíper na parte interna</p> <p>l) Tamanhos de 35 a 44, a quantidade exata de cada numeração será informada pela SJRO no momento da aquisição</p>	20
----	---------------	--	----



Imagem Ilustrativa

--	--	--	--

02	Calça tática operacional	<p>Calça tática operacional com as seguintes características:</p> <p>a) cor: Coordenada Colorimétrica (TAN 4863)</p> <p>b) tecido ripstop;</p> <p>c) composição de 66% poliéster e 34% algodão;</p> <p>d) costuras duplas;</p> <p>e) reforço duplo entre as pernas e os joelhos;</p> <p>f) cós medindo 4 cm de altura, fechado por botão e com oito passantes de cinto (com 8 cm de abertura e 4,5 cm de largura);</p> <p>g) zíper em poliéster antiferrugem com deslizamento prático;</p> <p>h) com oito bolsos, sendo:</p> <p>h.1) dois bolsos frontais tipo faca;</p> <p>h.2) dois bolsos traseiros com tampa e fechamento de velcro;</p> <p>h.3) dois bolsos tipo cargo nas laterais externas na altura das coxas, com tampa e fechamento em velcro, medindo, de altura e de largura, entre 18 e 20 cm, respectivamente;</p> <p>h.4) um bolso embutido na frente do lado direito com forro;</p> <p>h.5) um bolso fole na parte dianteira do lado esquerdo.</p> <p>i) etiquetas "CGC" do fabricante em designação de material utilizado, qualidade do tecido ou material, numeração e instruções de manutenção e lavagem.</p> <p>j) Tamanhos 38 a 48, a quantidade exata de cada numeração será informada pela SJRO no momento da aquisição.</p> <p>Deverão ser observadas as Normas Brasileiras (NBR) ou equivalentes a ISO e/ou ASTM relativas a controle de qualidade dos materiais têxteis; O tecido deverá possuir marca d'água ou logomarca do fabricante na parte interna.</p>   <p>Imagem Ilustrativa</p>	70
		<p>Camisa gola polo confeccionada em malha piquet liso, 58% algodão, 34% poliéster e 8% elastano, gramatura 2012 g/m², na cor preta. Gola canelada de algodão com elastano, com 75 mm de largura. Deverá ser aplicado reforço da mesma matéria-prima, para efeito de acabamento. Abertura do peitilho com 150 mm frontal do lado direito, com transpasse de 35 mm do mesmo lado.</p> <p>Abotoamento com dois botões de quatro furos, no tamanho de 10 mm de diâmetro, com casas de 12 mm, no sentido vertical. O botão deve ter as faces polidas e levemente abauladas, com depressão central, contendo quatro furos. Composição: 100% poliéster, de consistência dura e indeformável pelo calor. Manga curta comum, com ribana 25 mm, barra em abertura "V" nas laterais; distintivo funcional <a href="#">descrito no artigo 3º, inciso II da Resolução 379/2021 do CNJ</a> nas cores originais do distintivo, logo abaixo, no peito esquerdo, medindo 8 cm de altura por 6 cm de largura, obedecendo a distância de 19 cm da base do pescoço A identificação individual seguido do tipo sanguíneo no peito direito, com letras maiúsculas fonte Arial black com altura da letra de 1,2 cm, na cor cinza (PANTONE P173-1C), obedecendo à distância de 19 cm da base do pescoço, para seguir pantone serigráfico (silk screen), bandeira do Brasil, nas cores originais medindo 5 x 7 cm, localizada no centro da manga esquerda, em silk screen e a inscrição da sigla do órgão do poder</p>	

judiciário no centro da manga direita, "SJRO", na cor cinza (PANTONE P173-1C), com letras fonte Arial black, maiúsculas, altura da letra de 1,3 cm, com espaçamento entre as palavras de 0,5 cm, para seguir pantone serigráfico (silk screen). Inscrição "POLÍCIA JUDICIAL" em silk screen, conforme modelo, posicionada no centro das costas. Letras fonte Arial black, maiúsculas, dimensões da inscrição de 26 x 10 cm, com espaçamento entre as palavras de 1,0 cm, na cor cinza (PANTONE P173-1C).

Confeccionadas nos tamanhos P, M, G, GG, e EXG, a quantidade exata de cada numeração será informada pela SJRO no momento da aquisição.



03 Camisa operacional gola polo

120





DIMENSÕES 7cm x 5cm

Gândola preta tática, em tecido rip-stop, com manga longa. Distintivo funcional [descrito no artigo 3º, inciso II da Resolução 379/2021 do CNJ](#), nas cores originais do distintivo, logo abaixo, no peito esquerdo, medindo 8 cm de altura por 6 cm de largura, obedecendo a distância de 19 cm da base do pescoço. A identificação individual seguido do tipo sanguíneo no peito direito, com letras maiúsculas fonte Arial black com altura da letra de 1,2 cm, na cor cinza (PANTONE P173-1C), obedecendo à distância de 19 cm da base do pescoço, para seguir pantone serigráfico (silk screen), bandeira do Brasil, nas cores originais medindo 5 x 7 cm, localizada no centro da manga esquerda, emborrachada e a inscrição da sigla do órgão do poder judiciário no centro da manga direita, "SJRO" na cor cinza (PANTONE P173-1C), com letras fonte Arial black, maiúsculas, altura da letra de 1,3 cm, com espaçamento entre as palavras de 0,5 cm, com a tarja emborrachada medindo 9 x 4 cm. Inscrição "POLÍCIA JUDICIAL" em silk screen, conforme modelo, posicionada no centro das costas. Letras fonte Arial black, maiúsculas, dimensões da inscrição de 26 x 10 cm, com espaçamento entre as palavras de 1,0 cm, na cor cinza (PANTONE P173-1C).

Confeccionadas nos tamanhos P, M, G, GG, e EXG, a quantidade exata de cada numeração será informada pela SJRO no momento da aquisição.



04

Gândola  
tática

30

SIGLA DO ÓRGÃO


TARJA EMBORRACHADA PARA APLICAÇÃO NAS  
GANDOLAS TÁTICAS

FONTE: ARIAL BLACK  
ALTURA DA FONTE: 1,8cm  
ESPAÇAMENTO ENTRE AS PALAVRAS: 0,5 cm



DIMENSÕES 7cm x 5cm

Imagem Ilustrativa

05	Boné	<p>Tecido rip-stop, cor preta sólida. Fita interna de reforço nas costuras. Inscrição “Polícia Judicial” Letras fonte Arial black, maiúsculas, dimensões da inscrição de 10 x 4 cm, com espaçamento entre as palavras de 0,5 cm, na cor cinza (PANTONE P173-1C), bordado na parte frontal e bandeira do Brasil bordada do lado esquerdo, nas cores originais medindo 5 x 3,5 cm. Ajuste em elástico ultraconforto para ajuste à cabeça.</p>  <p>Imagem Ilustrativa</p>	20
		<p>Camisa estilo segunda pele, de tecido Arctic Dry (ou similar superior) de microfibras de poliéster com tratamento antimicrobiano à base de íons de prata, ou tecnologia superior, que bloqueia a ação de bactérias. Manga curta e longa. Com filtro de proteção UVA e UVB. Cor preta. Manga curta comum, com ribana 25 mm; <a href="#">descrito no artigo 3º, inciso II da Resolução 379/2021 do CNJ</a>, nas cores originais do distintivo, logo abaixo, no peito esquerdo, medindo 8 cm de altura por 6 cm de largura, obedecendo a distância de 19 cm da base do pescoço A identificação individual seguido do tipo sanguíneo no peito direito, com letras maiúsculas fonte Arial black com altura da letra de 1,2 cm, na cor cinza (PANTONE P173-1C), obedecendo à distância de 19 cm da base do pescoço, para seguir pantone serigráfico (silk screen), bandeira do Brasil, nas cores originais medindo 5 x 7 cm, localizada no centro da manga esquerda, em silk screen e a inscrição da sigla do órgão do poder judiciário no centro da manga direita, 'SJRO' na cor cinza (PANTONE P173-1C), com letras fonte Arial black, maiúsculas, altura da letra de 1,3 cm, com espaçamento entre as palavras de 0,5 cm, para seguir pantone serigráfico (silk screen). Inscrição “POLÍCIA JUDICIAL” em silk screen, conforme modelo, posicionada no centro das costas. Letras fonte Arial black, maiúsculas, dimensões da inscrição de 26 x 10 cm, com espaçamento entre as palavras de 1,0 cm, na cor cinza (PANTONE P173-1C).</p> <p>Confeccionadas nos tamanhos P, M, G, GG, e EXG, a quantidade exata de cada numeração será informada pela SJRO no momento da aquisição.</p>	

06

Camisa de  
educação  
física careca



30





DIMENSÕES 7cm x 5cm



Imagem Ilustrativa



07	Gândola Tática Instrutor	<p>Gândola Vermelha tática, em tecido rip-stop, com manga longa. Distintivo funcional <a href="#">descrito no artigo 3º, inciso II da Resolução 379/2021 do CNI</a>, nas cores originais do distintivo, logo abaixo, no peito esquerdo, medindo 8 cm de altura por 6 cm de largura, obedecendo a distância de 19 cm da base do pescoço. A identificação individual seguido do tipo sanguíneo no peito direito, com letras maiúsculas fonte Arial black com altura da letra de 1,2 cm, na cor cinza (PANTONE P173-1C), obedecendo à distância de 19 cm da base do pescoço, para seguir pantone serigráfico (silk screen) e a palavra <b>“INSTRUTOR”</b> logo acima da identificação individual, com as letras idênticas em tamanho, fonte e cor à identificação, bandeira do Brasil, nas cores originais medindo 5 x 7 cm, localizada no centro da manga esquerda, em silkscreen e a inscrição da sigla do órgão do poder judiciário no centro da manga direita, “SJRO” na cor cinza (PANTONE P173-1C), com letras fonte Arial black, maiúsculas, altura da letra de 1,3 cm, com espaçamento entre as palavras de 0,5 cm, para seguir pantone serigráfico (silkscreen). Incrição “POLÍCIA JUDICIAL” em silkscreen, conforme modelo, posicionada no centro das costas. Letras fonte Arial black, maiúsculas, dimensões da inscrição de 26 x 10 cm, com espaçamento entre as palavras de 1,0 cm, na cor cinza (PANTONE P173-1C).</p> <p>Confeccionadas nos tamanhos P, M, G, GG, e EXG, a quantidade exata de cada numeração será informada pela SJRO no momento da aquisição.</p> <div data-bbox="587 479 1165 1037"> <p><b>GÂNDOLA TÁTICA</b></p> <p><b>FRENTE</b></p> <p><b>LADO ESQUERDO</b> DISTINTIVO DA POLÍCIA JUDICIAL EM POLICROMIA DIMENSÕES: 8cm x 6cm</p> <p><b>LADO DIREITO</b> INSCRIÇÃO "INSTRUTOR" NOME E TIPO SANGÜÍNEO FONTE: ARIAL BLACK ALTURA DO CARACTERE: 1,2cm COR: PANTONE P 173-1C</p> <p><b>INSTRUTOR NOME A+</b></p> </div>	10
----	--------------------------	---	----

08	Camisa para instrutor gola polo	<p>Camisa polo confeccionada em malha piquet liso, 58% algodão, 34% poliéster e 8% elastano, gramatura 2012 g/m<sup>2</sup> na cor vermelha. Gola canelada de algodão com elastano, com 75 mm de largura. Deverá ser aplicado reforço da mesma matéria-prima, para efeito de acabamento. Abertura do peitilho com 150 mm frontal do lado direito, com transpasse de 35 mm do mesmo lado. Abotoamento com dois botões de quatro furos, no tamanho de 10 mm de diâmetro, com casas no tamanho de 12 mm, no sentido vertical. O botão deve ter as faces polidas e levemente abauladas, com depressão central, contendo quatro furos. Composição: 100% poliéster, de consistência dura e indeformável pelo calor. Manga curta comum, com ribana de 25 mm, barra em abertura “V” nas laterais; distintivo funcional descrito no artigo 3º, inciso II, nas cores originais do distintivo, logo abaixo, no peito esquerdo, medindo 8 cm de altura por 6 cm de largura, obedecendo a distância de 19 cm da base do pescoço A identificação individual seguido do tipo sanguíneo no peito direito, com letras maiúsculas fonte Arial black com altura da letra de 1,2 cm, na cor cinza (PANTONE P173-1C), obedecendo à distância de 19 cm da base do pescoço, para seguir pantone serigráfico (silkscreen) e a palavra “<b>INSTRUTOR</b>” logo acima da identificação individual, com as letras idênticas em tamanho, fonte e cor à identificação, bandeira do Brasil/Estado, nas cores originais medindo 5 x 7 cm, localizada no centro da manga esquerda, em silkscreen e a inscrição da sigla do órgão do poder judiciário no centro da manga direita, “<b>SJRO</b>” na cor cinza (PANTONE P173-1C), com letras fonte Arial black, maiúsculas, altura da letra de 1,3 cm, com espaçamento entre as palavras de 0,5 cm, para seguir pantone serigráfico (silkscreen). Inscrição “<b>POLÍCIA JUDICIAL</b>” em silkscreen, conforme modelo, posicionada no centro das costas. Letras fonte Arial black, maiúsculas, dimensões da inscrição de 26 x 10 cm, com espaçamento entre as palavras de 1,0 cm, na cor cinza (PANTONE P173-1C).</p> <p>Confeccionadas nos tamanhos P, M, G, GG, e EXG, a quantidade exata de cada numeração será informada pela SJRO no momento da aquisição.</p> <div data-bbox="582 649 1173 1624"> <p style="text-align: center;"><b>CAMISAS</b></p>  <p style="text-align: center;">O MESMO PADRÃO SE APLICA A CAMISA POLO E A CAMISA GOLA CARECA</p> <p style="text-align: center;"><b>FRENTE</b></p> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div style="width: 45%;"> <p><b>LADO ESQUERDO</b> DISTINTIVO DA POLÍCIA JUDICIAL EM POLICROMIA DIMENSÕES: 8cm x 6cm</p>  </div> <div style="width: 45%;"> <p><b>LADO DIREITO</b> INSCRIÇÃO "INSTRUTOR" NOME E TIPO SANGÜÍNEO FONTE: ARIAL BLACK ALTURA DO CARACTERE: 1,2cm COR: PANTONE P 173-1C</p> <p style="text-align: center;"><b>INSTRUTOR NOME A+</b></p> </div> </div>  <p style="text-align: center;"><b>DIMENSÕES 7cm x 5cm</b></p> </div>	10
----	---------------------------------	--	----

09	Short de educação física	<p>Short próprio para atividades físicas, treinamento funcional, musculação, etc, leve e de cor preta, tipo "dry fit", com elástico e cordão de amarração no cós.</p> <p>Confeccionadas nos tamanhos P, M, G, GG, e EXG, a quantidade exata de cada numeração será informada pela SJRO no momento da aquisição.</p>  <p>imagem ilustrativa</p>	30
10	Terno composto de paletó e calça social	<p>Terno masculino completo: composto de um paletó e uma calça, ambos sob medida, confeccionados em tecido 100% lã fria meia estação, fino acabamento, cor escura. O paletó e a calça deverão apresentar a mesma qualidade, cor e tecido. Paletó – estilo tradicional, abotoamento frontal com dois botões com casas no sentido horizontal; lapela normal com caseado no lado esquerdo; ombreiras de espuma forradas na cor do paletó; bolsos inferiores embutidos, cerzidos, com portinhola; bolso superior de peito no lado esquerdo; dois bolsos internos; forro interno; aviamento da mesma cor do tecido. Calça estilo social, fino acabamento, com dois bolsos frontais tipo faca com pesponto e forro também pespontado; dois bolsos traseiros embutidos sem portinhola, cerzidos, um pinchal em cada, fechamento por caseado e um botão; forro pespontado em todo o contorno; abertura frontal, braguilha com zíper, forrada do próprio tecido do lado esquerdo com extensão em bico e botão interno e lado esquerdo em pesponto; e fecho de metal interno; passante normal, cós fechado por colchetes, forro montado em duas partes e com fitilho no centro; bainha tradicional com aviamento na mesma cor do tecido. Ambos com etiqueta de composição e instrução de lavagem conforme determinação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia INMETRO.</p> <p>Confeccionadas nos tamanhos 48 a 60, a quantidade exata de cada numeração será informada pela SJRO no momento da aquisição.</p> 	20

11	Camisa social masculina	<p>Confeccionada em tecido tricoline extra fio 40, 50% algodão e 50% poliéster, cor discreta. Modelo: social manga longa. Colarinho: entretelado firme com reforço, com barbatana removível, entretela 100% algodão; pespontado, com um botão em casa horizontal para fechar. Pala: dois panos (dupla) com etiqueta de marca e tamanho. Mangas: compridas, tombadas e rebatidas com pesponto de 0,90 cm com carcela dupla com dois botões em cada manga, punho simples (altura 6,5 cm), pespontados e abotoáveis com dois botões em cada punho. Bolsos: bainha simples, modelo bico à altura do peito, lado esquerdo, reforços (mosqueados nos cantos, 14 cm de largura por 15 cm de altura). Vista: francesa (com pestana), com entretela de 3,5 cm de largura e com botão de reserva na vista interna. Fralda: recortada na direção das costuras laterais e toda embainhada. Ombro: costura embutida com pesponto na beira. Costas: com duas pregas. Abertura: frontal (para vestir ou desvestir) em toda a extensão, que possa ser fechada por botões em casas verticais à esquerda. Fechamento: costura dupla (maq. Braço) lateral, linha tit./120. Botões: total de 12 no tamanho 18 e 3, no tamanho 14, todos na cor do tecido.</p> <p>Confeccionadas nos tamanhos P, M, G, GG, e EXG, a quantidade exata de cada numeração será informada pela SJRO no momento da aquisição.</p>	30
12	Sapato social masculino	<p>Cor preta, 100% couro, macio, tipo esporte fino, com solado de borracha e polímero, blaqueado (acosturado), com palmilhas antimicrobianas, em tecido jacquard de revestimento, com espuma em poliuretano-PU.</p> <p>Nas seguintes numerações do 35 ao 45, a quantidade exata de cada numeração será informada pela SJRO no momento da aquisição.</p>	12
13	Cinto social	<p>Cor preta, 100% couro macio, com fivela de 4x6 cm de comprimento, em metal com acabamento em níquel escovado e garra regulável para ajuste do tamanho.</p> <p>Nas seguintes numerações do 80 ao 120, a quantidade exata de cada numeração será informada pela SJRO no momento da aquisição.</p>	10
14	Gravata lisa	<p>Gravata vertical, social, em jacquard 100% poliéster, em cor discreta, medindo 8,5 cm x 1,5 m na parte mais larga e 4 cm na parte mais estreita (medidas aproximadas); entretela grossa; passante duplo, com um passador do próprio tecido e um da marca bordada; forro liso em cetim; cor e tamanho a decidir.</p>	20
15	Cinto Tático de nylon com fivela	<p>Cinto com fivela, tira 100% nylon com fivela em aço na cor prata, com mecanismo de pressão, com haste interna móvel de fixação, sem desenhos ou relevos, com no mínimo de 1000 mm e máximo de 1500 mm de comprimento e mínimo de 50 mm e máximo de 70 mm de largura.</p>  <p>Imagem Ilustrativa</p>	10
16	Cinto de guarnição padrão força nacional	<p>Cinto com fivela, tira 100 % nylon, de 30 mm de largura; Cor preta, areia ou "desert". Fivela de aço, com mecanismo de pressão, com haste interna móvel de fixação, sem desenhos ou relevos, cor preta, areia ou "desert", mínimo 1000 mm e no máximo 1500 mm de comprimento. Largura mínima: 50mm e máxima: 70 mm</p> 	10

17	Coldre para arma de fogo coxa	<p>Coldre versátil compatível para a <b>PISTOLA BERETTA, modelo APX, calibre 9mm</b>. Com trava de segurança no guarda mato, possuindo acionamento/liberação no momento da empunhadura para o saque da arma, evitando que a arma seja liberada apenas puxando-a pela coronha. Possuindo revestimento interno flocado para proteger a arma, mantendo seu equipamento sempre pronto para as suas missões.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Nova trava de retenção. Proporcionando maior agilidade e segurança no saque;</li> <li>- Injetado em polímero;</li> <li>- Possuindo fixador de cinto removível com sistema catraca;</li> <li>- Catraca rotativa que possibilita a rotação do coldre, para ajuste do ângulo e maior conforto no manuseio do equipamento;</li> <li>- Possibilidade também de fixação do equipamento em outras bases compatíveis com catraca;</li> <li>- Revestimento interno em flocagem, proporciona maior proteção, diminui o atrito entre arma e equipamento, evitando o desgaste de ambos;</li> <li>- Adaptador para ajuste da trava, compatibilidade com outros tamanhos de guarda-mato;</li> <li>- Ajuste personalizável conforme o corpo da arma;</li> <li>- Passagem do cinto até 40 mm;</li> <li>- Compatível com passador de cintura, aba paddle, plataforma de coxa, adaptadores speed e adaptadores strike 3 e 4 pontas.</li> </ul> <p><b>Medidas aproximadas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Comprimento: 26 cm</li> <li>- Altura: 8 cm</li> <li>- Espessura: 13 cm</li> <li>- Peso: 210 g</li> </ul>	15
----	-------------------------------	--	----



18	Coldre para arma de fogo cintura	<p><b>Coldre versátil compatível PISTOLA BERETTA, modelo APX, calibre 9mm.</b> Com trava de segurança no guarda mato, possuindo acionamento/liberação no momento da empunhadura para o saque da arma, evitando que a arma seja liberada apenas puxando-a pela coronha. Possuindo revestimento interno flocado para proteger a arma, mantendo seu equipamento sempre pronto para as suas missões.</p> <p>Nova trava de retenção. Proporcionando maior agilidade e segurança no saque;</p> <p>Injetado em polímero;</p> <p>Possuindo fixador de cinto removível com sistema catraca;</p> <p>Catraca rotativa que possibilita a rotação do coldre, para ajuste do ângulo e maior conforto no manuseio do equipamento;</p> <p>Possibilidade também de fixação do equipamento em outras bases compatíveis com catraca;</p> <p>Revestimento interno em flocagem, proporciona maior proteção, diminui o atrito entre arma e equipamento, evitando o desgaste de ambos;</p> <p>Adaptador para ajuste da trava, compatibilidade com outros tamanhos de guarda-mato;</p> <p>Ajuste personalizável conforme o corpo da arma;</p> <p>Passagem do cinto até 40 mm;</p> <p>Compatível com passador de cintura, aba paddle, plataforma de coxa, adaptadores speed e adaptadores strike 3 e 4 pontas.</p> <p><b>Medidas aproximadas:</b></p> <p>Comprimento: 26 cm</p> <p>Altura: 8 cm</p> <p>Espessura: 13 cm</p> <p>Peso: 210 g</p>	15
----	----------------------------------	---	----



19	Coldre para arma de fogo porte velado	<p><b>Coldre Velado compatível para a PISTOLA BERETTA, modelo APX, calibre 9mm.</b> trazendo segurança e conforto no seu porte, leve e confortável fazendo com sua reação e seu saque sejam instintivamente mais rápidos e precisos. Possuindo revestimento interno flocado para manter seu equipamento mais protegido contra abrasão.</p> <p><b>Características:</b></p> <p>Compatível com pistolas das mais variados modelos e fabricantes</p> <p>Injetado em polímero de alta resistência;</p> <p>Passador de cinto de 50mm com clip anatômico;</p> <p>Acabamento externo texturizado;</p> <p>Acompanha chave de ajuste do clip.</p> <p>Acabamento interno flocado (revestimento de alta tecnologia).</p> <p><b>Medidas aproximadas:</b></p> <p>Altura: 18,2 cm</p> <p>Largura: 11,5 cm</p> <p>Espessura: 5 cm</p> <p>Peso: 100 g</p> 	15
----	---------------------------------------	--	----

20	Porta carregadores tático	<p><b>Porta Carregador para PISTOLA BERETTA, modelo APX, calibre 9mm.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fita de alta tenacidade</li> <li>• Inserto lateral flexível em polímero</li> <li>• Ajuste de retenção superior removível</li> <li>• Elástico regulador de pressão</li> </ul> <p><b>Peso:</b> 60g</p> <p><b>Tamanho:</b> 13cm x 5cm x 3,5cm</p> 	30
----	---------------------------	--	----



21	Porta carregadores velado	<p>Porta Carregador <b>VELADO da PISTOLA BERETTA, modelo APX, calibre 9mm</b>, com os ajustes de 3 pontos na pressão e encaixe dos carregadores, onde uma simples regulagem irá manter seu carregador seguro e preparado para ação com a proteção necessária feita pelo revestimento interno flocado, protegendo o carregador contra risco e abrasão. Seu porte velado é seguro através do clip de alta resistência compatível com cintos de 40mm e 45mm.</p> <p><b>Características:</b></p> <p>Construído em polímero de alta resistência;  Revestimento interno flocado;  Clip de alta resistência compatível com cintos 40mm e 45mm;  Ajuste de pressão e encaixe de 3 pontos.</p> <p><b>Compatibilidade:</b></p> <p>Carregadores .380;  Carregadores 9mm;  Carregadores .40;  Carregadores .45.</p> <p><b>Medidas Aproximadas:</b></p> <p>Largura: 5,8 cm  Altura: 9 cm  Espessura (abertura máxima): 4,2 cm  Espessura (abertura mínima): 3,1 cm  Peso: 63 g</p> <div data-bbox="778 748 960 1205" data-label="Image"> </div> <p>imagem ilustrativa</p>	25
----	---------------------------	--	----

22	Porta algemas	<p>Desenvolvido em polímero de alta resistência;</p> <p>Revestimento interno em flocagem, diminui o atrito entre os equipamentos;</p> <p>Botões de latão com capa em silicone, trava por pressão com duas posições;</p> <p>Compatível com algema de corrente ou dobradiça;</p> <p>Sistema Tab Look (aba de retenção), evita a perda da algema em situações de mobilidade;</p> <p>Sistema catraca, pode ser inserido em outras bases compatíveis;</p> <p>Permite a angulação do equipamento;</p> <p>Passador de cinto ajustável, de 40mm até 55mm;</p> <p>Passador de cinto com abertura e fechamento rápido (sem necessidade de tirar o cinto).</p> <p><b>Medidas aproximadas:</b></p> <p>Altura: 90 mm</p> <p>Largura: 95 mm</p> <p>Espessura: 65 mm</p> <p>Peso: 0,130 g</p> <div data-bbox="762 680 1010 958">  </div> <p>imagem ilustrativa</p>	10
----	------------------	---	----

04	23	<p>Distintivo Funcional com porta distintivo</p> <p>Fabricado na cor prata com predominância do metal bronze e as dimensões de 80x60mm, conforme especificações abaixo:</p> <p>I- acima: a legenda "POLÍCIA" na cor preta em tampografia;</p> <p>II- ao centro: Brasão da República em tampografia;</p> <p>III- abaixo: a legenda "JUDICIAL" na cor preta em tampografia;</p> <p>IV- diagonal: na diagonal superior, faixa verde e faixa amarela na diagonal inferior , ambas em resina.</p> <p>V- como moldura, um anel ovalar na cor preta em resina na composição do distintivo; e</p> <p>VI- número de matrícula gravada no dorso.</p> <p>Porta Distintivo</p> <p>I- Frente: um anel ovalar em couro, na cor preta;</p> <p>II - Verso: um anel ovalar em couro, na cor preta com uma presilha em aço inoxidável resistente e um cordão, tipo corrente em aço inox medindo.</p> <p>Parágrafo único. O porta-distintivo, para guarda do distintivo da Polícia Judicial, deverá ser fabricado em couro, no formato de anel ovalar, na cor preta e com dimensões de 90x70mm.</p> <div data-bbox="491 640 1241 1124"> </div> <p>Imagem Ilustrativa</p>	10
	24	<p>Insignia de lapela</p> <p>Fabricado na cor prata com predominância do metal bronze e as dimensões de 20x15mm, conforme especificações abaixo:</p> <p>I- acima: a legenda "POLÍCIA" na cor preta em tampografia;</p> <p>II- ao centro: Brasão da República em tampografia;</p> <p>III- abaixo: a legenda "JUDICIAL" na cor preta em tampografia;</p> <p>IV- diagonal: na diagonal superior, faixa verde e faixa amarela na diagonal inferior , ambas em resina.</p> <p>V- como moldura, um anel ovalar na cor preta em resina na composição do distintivo.30</p> <div data-bbox="667 1572 1021 1917"> </div> <p>Imagem Ilustrativa</p>	30

- 2.2. A empresa licitante deverá informar, necessariamente, MARCA e MODELO do produto ofertado.
- 2.3. No caso de eventuais divergências entre a descrição do material neste instrumento e no respectivo código do Catálogo de Matérias (CATMAT) do sistema SIASG/COMPASNET, prevalece a descrição estabelecida neste Termo de Referência.
- 2.4. O quantitativo a ser registrado não vincula a Administração à sua aquisição total, o que ocorrerá de acordo com a necessidade e a disponibilidade orçamentária.
- 2.5. A garantia do objeto ofertada pela empresa CONTRATADA deverá ser de no mínimo de 12 (doze) meses para todos os itens, contados a partir do RECEBIMENTO DEFINITIVO do objeto.

### 3. DA JUSTIFICATIVA

- 3.1. A Resolução nº 502/2018 do CJF, de 8 de novembro de 2018, que dispõe sobre a Política de Segurança Institucional no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, preconiza a uniformização, a padronização e a integração da segurança no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, buscando uma melhor prestação jurisdicional.
- 3.2. A padronização visual constitui importante ferramenta na consecução da vigilância e identificação imediata por parte do corpo de servidores, bem como do jurisdicionado.
- 3.3. Os agentes da polícia judicial padronizados taticamente tem a missão, dentre outras, de atuar como segurança em audiências nas varas criminais, rondas prediais, rondas externas, segurança nos tribunais do júri e acompanhamento de magistrados em situações diversas.
- 3.4. A aquisição pretendida constitui meta com escopo na adequação dos uniformes dos agentes de segurança da Seção Judiciária de Rondônia aos trabalhos por eles realizados, se adequando ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal no quesito melhoria da Gestão de Pessoas, bem como em atendimento as Resoluções do CJF nº 735 de 09 de novembro de 2021, que regulamenta o uniforme para os agentes da polícia judicial e Resolução CNJ 379/2021.
- 3.5. Desta forma, é necessário equipar a Seção de Vigilância, Segurança e Transporte - SEVIT da SJRO e SSJs com os uniformes estabelecidos pelo CJF de modo a facilitar o desenvolvimento das atividades de segurança no âmbito da Justiça Federal de Rondônia.
- 3.6. Os quantitativos foram determinados considerando o número total de APJ em atividade na Seção Judiciária de Rondônia e Subseções Judiciárias vinculadas, conforme definições constante no Estudo Técnico Preliminar.
- 3.7. Portanto, os resultados pretendidos é obter uma padronização do uniforme utilizado pela segurança judiciária; dar ostensividade aos agentes da polícia judicial por ocasião de rondas internas e externas nas instalações, bem como uma melhor segurança durante audiências, Juizados Especiais Federais Itinerantes e outras situações relacionadas às atividades típicas de segurança, no âmbito da Seção Judiciária da Justiça Federal em Rondônia e suas subseções vinculadas, em Ji-Paraná e Vilhena.
- 3.8. O presente instrumento teve como base o Estudo Técnico Preliminar (16325242) e está alinhado com o Plano Anual de Contratação - PAC 2022 (14390612).
- 3.9. Alguns itens foram agrupados em lotes em razão do pequeno valor de determinados itens, que tornaria o certame menos interessante aos fornecedores. O agrupamento aumenta a competição e reduz os custos de transporte. Os agrupamentos respeitaram os gêneros e tipos dos materiais, em razão da possibilidade de alguns fornecedores trabalharem com determinados gêneros de materiais.
- 3.10. Portanto, a formação dos grupos neste instrumento foi definida com observância a não restrição de participação dos licitantes, com estímulo a concorrência e disputa dos grupos no momento do certame.
- 3.11. Por fim, justifica-se a presente contratação com uso de agrupamento de alguns itens pelas razões estritas abaixo:
- as quantidades mínimas a serem adquiridas para cada item são consideradas baixas, o que pode gerar desinteresse na participação de alguns licitantes, por gerar custos extras as empresas;
  - o agrupamento de itens em grupos gera maior interesse na participação dos licitantes e garante para a Administração uma maior disputa entre os lotes, já que o futuro contratado terá garantida a entrega mínima de cada item do lote por pedido;
  - o agrupamento de itens também possibilita a redução dos custos unitários e custos de transporte, visto que aquisição será realizada por lotes de materiais, o que proporcionará economia de escala ao órgão contratante;
  - propiciará à Administração a redução no gerenciamento do número de Atas e empenhos que com o agrupamento reduzirá o custo administrativo de todo o processo de contratação e gestão, maximizando a eficiência da gestão dos recursos públicos;
- 3.12. Tal diretiva vai também ao encontro dos entendimentos recentes do TCU, que ao proferir o Acórdão n. 861/2013-Plenário, a Relatora sustentou os seguintes argumentos para o agrupamento de itens em lotes:
- “lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação: fornecimento, vida útil do móvel e garantias dos produtos”. E mais: “O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública”*
- 3.13. Desta forma, o próprio TCU reconhece que o agrupamento de itens é perfeitamente justificável quando se busca promover a economia de escala e a eficiência da gestão dos contratos administrativos no setor público, quando preenchido os requisitos legais e se verifica que não haverá restrições de participações no certame.
- 3.14. Ademais, para o agrupamento de itens foi observado os tipos, natureza e quantidades, de acordo com a prática do mercado, de forma a não restringir a participação de licitantes e promover a intensa disputa aos lotes.
- 3.15 A não contratação implicará na despadronização em relação a Resolução 379 do CNJ, que disciplinou os tipos e usos de acessórios de identificação visual da Polícia Judicial e na redução de meios para a execução das atividades de policiamento institucional, falta de equipamentos e roupas adequadas ao dia a dia para missões que careçam de vestimentas especiais, adequadas a trabalhos físicos, treinamentos de defesa pessoal, condicionamento físico e demais atividades de segurança.
- 3.16 Não é possível o parcelamento da solução em razão da quantidade envolvida na aquisição ser relativamente baixa.

### 4. DO REGIME DE CONTRATAÇÃO: DA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

#### 4.1. DA NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1.1. Sugerimos a realização de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para Registro de Preços, haja vista que a contratação se enquadra nas hipóteses do art. 3º, inciso IV do Decreto nº 7.892/2013, visto a dificuldade de se definir o quantitativo ideal a ser adquirido, e sendo possível surgirem necessidades de pedidos posteriores.
- 4.1.2. Ademais, a formação de registro de preços independe de indicação da dotação orçamentária (art. 7º, § 2º, do Decreto n. 7.892/2013). Isso implica em dizer que a Administração não precisa reservar os créditos orçamentários para deflagrar o certame. A formação de registro de preços, de imediato, permite que as aquisições ocorram com celeridade, tão logo haja a indicação da fonte orçamentária, resultando em eficiência nas atividades administrativas.
- 4.1.3. Os materiais pretendidos para registro de preços são considerados como bens comuns, usualmente fabricados ou importados e comercializados pelo país.
- 4.1.4. Atualmente, não há registro de preços vigente nesta Administração para eventual aquisição dos materiais em questão.
- 4.1.5 Tratando-se de bem comum no mercado, aquele cujo padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, entende-se que o objeto descrito neste instrumento poderá ser contratado por meio de Pregão Eletrônico, nos termos da Lei n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019.

#### 4.2. DO REGISTRO DE “IRP”

4.2.1. Em atenção ao disposto no art. 4º do Decreto n. 7.892/2013, a Seção de Segurança, Vigilância e Transporte manifesta-se favoravelmente ao registro de Intenção de Registro de Preços (IRP) por entender ser iniciativa salutar, que pode contribuir para a economia em escala, caso haja interesse por outros órgãos integrantes do sistema SIASG.

4.2.2. No caso de outros órgãos manifestarem interesse em aderir à intenção de registro de preços, esses deverão encaminhar as seguintes informações mínimas:

- a. quantitativo de cada item;
- b. endereço completo do local de entrega;
- c. responsável pelo recebimento (nome, telefone e função).

4.2.3. Com relação a alínea "a" acima e considerando a busca pela economia de escala, sugere-se o indeferimento, de plano, a solicitação de adesão à IRP cujo quantitativo seja inferior a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo do item a ser registrado por este órgão gerenciador-

#### 4.3. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES DO CERTAME

Não serão autorizadas adesões às Atas de Registro de Preços decorrentes deste certame licitatório.

#### **5. DOS CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA E DA FORMA DE ADJUDICAÇÃO**

5.1. Na elaboração da proposta, deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos inerentes aos procedimentos de entrega dos materiais e equipamentos a serem adquiridos, como tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrente.

5.2. Para a formulação da proposta, os licitantes deverão ofertar o valor unitário e total para o item e/ou grupo.

5.3. Sagrar-se-á vencedor(es) do certame o(s) licitante(s) que ofertar(em) o MENOR VALOR TOTAL DO ITEM E DO LOTE, conforme o caso, observando os valores estimados pela Administração para cada material e equipamento.

#### **6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CONTRATAÇÃO**

6.1. Para participação no certame e posterior contratação, a empresa deverá possuir regularidade fiscal junto à RECEITA FEDERAL, ao FGTS e à JUSTIÇA DO TRABALHO, e não possuir restrição em contratar com órgãos públicos federais (CEIS, CNIA e TCU).

#### **7. DA EXIGÊNCIAS DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

7.1. Considerando que se trata de aquisição e entrega de bens comuns de mercado, sem demais exigências legais e específicas para o cumprimento do objeto, NÃO será exigido atestado de capacidade técnica.

#### **8. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

8.1. A aceitação das propostas e o recebimento do objeto deverão obedecer aos seguintes parâmetros:

- a. O valor estimado do item é o parâmetro de preço a ser utilizado pelo operador do certame para julgamento da proposta, cabendo-lhe julgar eventual variação na análise do caso concreto.
- b. A proposta deverá informar, a MARCA e o MODELO do objeto ofertado.
- c. O pregoeiro poderá solicitar ainda ao licitante informações mais detalhadas do objeto ofertado, podendo, inclusive, solicitar prospecto e catálogos oficiais do produto, assinalando prazo para o envio pelo sistema, sob pena de recusa da proposta, bem como poderá solicitar a indicação dos sítios na internet dos fabricantes/importadores dos produtos.
- d. Os materiais deverão estar estritamente de acordo com as especificações exigidas, inclusive no que diz respeito às garantias e deverão conter as respectivas especificações técnicas e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores (razão social, CNPJ, endereço, etc.).
- e. O período de garantia será contado a partir da entrega do material, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório emitido pela Seção de Segurança, Vigilância e Transporte - SEVIT/RO. O prazo de garantia deverá observar o item 2.5 deste instrumento.

#### **9. DOS PRAZOS DE REGISTRO DE PREÇOS E ENTREGA DOS MATERIAIS**

9.1. O Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura da Ata de Registro de Preços.

9.1.1. As quantidades registradas são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se à Administração o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou mesmo abster-se de adquirir algum item especificado.

9.2. O prazo de entrega dos materiais será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da comprovação do recebimento da nota de empenho pela empresa contratada.

#### **10. DO CONTRATO**

10.1. Após a lavratura da Ata de Registro de Preços, a relação contratual de fornecimento, no caso do presente Termo de Referência, será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93, efetivando-se a mesma no ato do recebimento do referido instrumento pela compromissária, ocasião em que esta assume o status de CONTRATADA.

10.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, a compromissária deverá estar regular junto ao SICAF ou apresentar comprovante de regularidade perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa Trabalhista (TST), além de certidão NEGATIVA junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e a Lista de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União - TCU.

10.3. A relação contratual, além das disposições previstas no respectivo Edital de Pregão, aplicam-se o disposto na Lei n. 8.666/93 e Lei n. 10.520/2002, e subsidiariamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

#### **11. DO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

11.1. Os materiais deverão ser entregues no prédio sede da Seção Judiciária da Justiça Federal em Rondônia - SJRO, localizado na Av. Presidente Dutra, n. 2203, bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, CEP: 76.805-902, em dias de expediente, nos horários de 9h a 17h.

11.2. Os materiais serão recebidos por servidores da CONTRATANTE, designados através de Ordem de Serviço pelo Diretor do Foro da SJRO.

11.3. Todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete, será de inteira responsabilidade da CONTRATADA. A movimentação dos materiais até as dependências da CONTRATANTE é de inteira responsabilidade da CONTRATADA ou da transportadora, não sendo a CONTRATANTE responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte.

11.4. O objeto dessa licitação será recebido PROVISORIAMENTE, pela Seção de Segurança, Vigilância e Transporte - SEVIT/RO, após conferência do critério quantitativo, com a utilização de carimbo e assinatura no canhoto da Nota Fiscal Eletrônica e/ou no conhecimento de transporte da transportadora, devidamente datado e assinado.

11.5. Não serão recebidos materiais e equipamentos com marca e modelo diversos da apresentada na proposta da CONTRATADA no certame.

11.6. Após o recebimento provisório do material, em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, será realizado o RECEBIMENTO DEFINITIVO, com ateste na Nota Fiscal Eletrônica pelo Supervisor da Seção de Segurança, Vigilância e Transporte - SEVIT/RO, caso os materiais e equipamentos entregues estejam em conformidade com as especificações contidas no edital da licitação e na proposta da CONTRATADA.

11.7. Caso seja verificada qualquer incompatibilidade, o material deverá ser substituído, por conta e ônus da CONTRATADA, em no máximo 10 (dez) dias corridos, não considerados como prorrogação do prazo de entrega. Esse processo de verificação de compatibilidade será também aplicado ao material e equipamento encaminhado pela CONTRATADA em substituição, e somente após o cumprimento dessa etapa, será o objeto da licitação definitivamente recebido e aceito.

11.8. O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, no prazo de garantia do produto, quando da utilização desse material e equipamento.

11.9. Caso o fornecedor não efetue a entrega no prazo de 30 (trinta) dias, poderá a Administração decidir por manter o contrato, sem prejuízo das sanções cabíveis, desde que o fornecedor comprove por meio idôneo que fará ou fez o envio do(s) equipamento(s), ainda, poderá de forma motivada decidir pela rescisão contratual, garantindo em qualquer caso o contraditório e ampla defesa.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

12.1 Caberá à CONTRATANTE:

- a. Requisitar o fornecimento dos materiais mediante emissão e entrega de Nota de Empenho de Despesa à compromissária da Ata de Registro de Preços. A requisição dar-se-á conforme a existência de demanda de consumo nesta Seccional e recursos orçamentários disponíveis;
- b. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos materiais entregues por meio do gestor da Ata de Registro de Preços;
- c. Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pelo gestor da Ata de Registro de Preços, do qual deverá consignar a razão da recusa dos materiais;
- d. Fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento. A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato por parte do CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao mesmo;
- e. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, depois de verificada a regularidade da nota fiscal, de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento;
- f. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- g. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais, após o devido processo administrativo de apuração de responsabilidade que confirmar eventuais penalidades previstas neste instrumento, observando e garantindo o contraditório e a ampla defesa;
- h. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial na aplicação de sanções, alterações e repactuações;

## **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

13.1 Caberá à CONTRATADA:

- a. Receber a nota de empenho enviada pelo gestor da Ata de Registro de Preços, por meio físico ou eletrônico, consignando a data de recebimento e responsável, no prazo de até 02 (dois) dias após a remessa;
- b. Entregar os materiais no prazo estipulado neste instrumento, acompanhada da nota fiscal;
- c. Substituir os materiais recusados no prazo estipulado neste instrumento;
- d. Comunicar ao gestor da Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;
- e. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- f. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da entrega dos materiais, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;
- g. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes do contrato;
- h. Manter, durante toda a execução do contrato, e apresentar no momento do pagamento compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

## **14. DA FORMA DE PAGAMENTO**

14.1. O pagamento será efetuado através de depósito em conta-corrente da CONTRATADA, mediante apresentação da Nota Fiscal, até o 10º (décimo) dia útil após o ateste da referida Nota Fiscal, pelo Gestor da Ata de Registro de Preços.

14.2. O recebimento e a aceitação dos materiais serão atestados pelo gestor da Ata de Registro de Preços, no corpo da nota fiscal (verso ou anverso), ou através de certidão avulsa, sendo esta condição indispensável a que se processe o pagamento.

14.3. No texto da Nota Fiscal ou DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) deverão constar, obrigatoriamente, as seguintes referências:

- a. descrição do material entregue, com sua quantidade, valor unitário e total;
- b. o número do processo que deu origem à contratação e o número da Nota de Empenho;
- c. nome do Banco, Agência e Número da Conta-Corrente para depósito; e
- d. informação de opção pelo Simples Nacional, se for o caso, cuja aceitação estará condicionada à apresentação da declaração prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/12, alterada pela Instrução Normativa RFB n. 1.244/12.

14.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que desaprove a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento susinado até que a CONTRATADA tome as medidas saneadoras.

14.5. Para fins de pagamento consultar-se-á *on line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou se verificará a validade da documentação apresentada, perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social (INSS), a Justiça do Trabalho (TST) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Caso alguma certidão esteja vencida, a CONTRATADA será informada para apresentar as certidões em plena validade, no prazo a ser dado pela Administração, sob pena de multa e rescisão contratual, garantido o contraditório e a ampla defesa.

14.6. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, salvo de já houver retenção cautelar suficiente para satisfazer o valor da multa e/ou indenização devidas, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

14.7. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos moratórios será calculado pela fórmula:

$I \times N \times VP = EM$ , onde:

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 (6/100/365);

N = Números de dias entre a data limite para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor do pagamento em atraso;

EM = Encargos moratórios devidos.

14.8. A CONTRATANTE poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a eventuais multas e indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste instrumento.

14.9. Ficam sob inteira responsabilidade da contratada os prejuízos decorrentes de pagamento incorreto devido à falta de informação ou de atualização dos dados bancários.

14.10. Serão retidos na fonte os tributos e contribuições federais determinados na legislação específica da Receita Federal do Brasil, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim o declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012 e suas alterações.

## 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Sujeitam-se às penalidades descritas nesta seção, decorrentes das sanções administrativas previstas na Lei n. 8.666/93, arts. 86 e 87, na Lei n. 10.520/02, art. 7º, e no Decreto n. 10.024/2019, art. 49, o compromissário ou a CONTRATADA em decorrência do futuro contrato, que incidir em:

- a. recusa em aceitar ou assinar o contrato;
- b. atraso na execução do contrato;
- c. inexecução parcial ou total do contrato;
- d. apresentar documentação falsa;
- e. falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude durante a execução do contrato;
- f. cometer fraude fiscal;
- g. não manter, no momento da emissão da Nota de Empenho, durante toda a execução do contrato ou no momento do pagamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.

15.2. Recusa em aceitar o contrato é a recusa em receber a nota de empenho. Pena: multa de 20% (vinte por cento) do valor a ser empenhado e impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de até 5 (cinco) anos.

15.3. Atraso na execução do contrato relativo à entrega/substituição dos materiais. Pena: multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor empenhado em atraso, por dia de atraso, até o limite de 20 (vinte) dias corridos.

15.4. Atraso na execução do contrato relativo à entrega de material superior a 20 (vinte) dias corridos em que a Administração decida por manter o contrato. Pena: multa de 0,6% (seis décimos por cento) do valor empenhado em atraso, por dia de atraso.

15.5. Atraso na execução do contrato relativo aos demais prazos estipulados ou descumprimento de obrigações neste instrumento. Pena: multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor empenhado, por dia de atraso, até o limite de 20 (vinte) dias corridos, ou 3% (três por cento) do valor empenhado, por ocorrência, por descumprimento.

15.6. Inexecução total do contrato pela não entrega de material, caracterizado pelo atraso injustificado superior a 20 (vinte) dias corridos. Pena: 20% (vinte por cento) do valor do material não entregue e impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de até 5 (cinco) anos.

15.7. Apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do contrato, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal. Pena: impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento.

15.8. A não manutenção, no momento da emissão da Nota de Empenho, durante toda a execução do contrato ou no momento dos pagamentos, das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS) e à Justiça do Trabalho, ou ainda com impedimento de contratar com a Administração Pública Federal. Pena: multa de 5% (cinco por cento) do valor dos bens que deveriam ser empenhados ou daqueles já empenhados, conforme o caso.

15.9. Descumprimento das demais obrigações previstas neste instrumento, inclusive de determinações do gestor do contrato. Pena: multa de 1% (um por cento) do valor da nota de empenho.

15.10. As sanções somente serão aplicadas para faltas não justificadas, ou cujas justificativas não sejam aceitas pela Administração, garantido o direito à ampla defesa e contraditório.

15.11. As multas deverão ser recolhidas através de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida pela CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) úteis dias a contar da intimação, podendo a Justiça Federal descontá-las, no todo ou em parte, de nota fiscal ou saldo remanescente, caso existam.

15.12. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

15.13. Esgotados os meios administrativos para cobrança ou recebimento do valor devido pela CONTRATADA, haverá encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União.

15.14. A CONTRATADA, quando não puder cumprir os prazos estipulados para atender total ou parcialmente as exigências contratuais, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência, o que poderá resultar de forma excepcional a prorrogação do prazo para o cumprimento da obrigação.

15.15. O valor total das multas aplicadas na vigência do contrato, excetuando as indenizações por perdas e danos, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor total.

15.16. A aplicação de penalidade será precedida de prazo para o compromissário ou contratado apresentar defesa prévia, não inferior a 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, cabendo recurso de sua aplicação, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/1993.

## 16. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

16.1. O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal. Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 12 (doze) meses.

16.2. Todavia, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, desde que robustamente comprovados por documentação idônea e suficiente, observadas as disposições contidas no art. 17 do Decreto n. 7.892/2013 e no art. 65 da Lei n. 8.666/93.

## 17. DA GARANTIA CONTRATUAL

17.1. Considerando que se trata de fornecimento de objeto comum e de pequeno valor, NÃO será exigido a garantia contratual prevista no art. 56 da Lei n. 8.666/93.

## 18. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

18.1. Para efeito de cumprimento dos critérios de sustentabilidade exigidos no Decreto n. 7.746/2012 e Resolução CNJ n. 201/2015, a CONTRATADA deverá, além das exigências do item anterior, quando da execução do objeto:

- a. Fornecer produtos de baixo impacto ambiental;
- b. Dar preferência para produtos com componentes recicláveis, constituídos no todo ou em parte por materiais confeccionados com insumos reciclados, atóxicos e biodegradáveis, assim como as embalagens em que os produtos são entregues, preferencialmente, que sejam confeccionadas em 100% com material reciclado, desde que não comprometa a integridade do produto;
- c. Atentar para não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- d. Usar produtos fabricados com madeira de origem legal, ou feitos com materiais reciclados;
- e. Observar que os produtos não devem conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima recomendada pela diretiva da Comunidade Econômica Européia Restriction of Certain Hazardous Substances – RoHS.

18.2. Para fins de comprovação, os materiais ofertados pelas licitantes deverão apresentar nos rótulos e/ou prospectos oficiais dos fabricantes/importadores as informações correspondentes ao atendimento aos critérios de sustentabilidade dos produtos e processos de fabricação, em atendimento as determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores competentes.

## 19. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

19.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a execução do objeto será gerida, acompanhada e fiscalizada pelo supervisor da Seção de Segurança, Vigilância e Transporte - SEVIT/RO ou por outro servidor indicado pela contratante, devidamente designado por meio de Ordem de Serviço, permitida a assistência de terceiros.

19.2. O gestor do contrato registrará todas as ocorrências verificadas durante a execução do contrato, bem como a atuação da contratada em solucionar as pendências registradas, devendo apurar as circunstâncias em procedimento administrativo específico.

19.3. Caberá ao gestor do contrato, para fins de pagamento, atestar a conformidade dos bens recebidos com os requisitos do edital.

19.4. O acompanhamento e a fiscalização da contratante não isentam a contratada da responsabilidade pelo cumprimento integral das obrigações contratuais ou pelos danos causados diretamente à contratante ou a seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do contrato.

## 20. DO VALOR ESTIMATIVO

20.1. O valor estimado será estabelecido pela SELIT - Seção de Licitações e Contratos da SJRO, conforme valores apurados em cotações válidas.

Porto Velho, 23 de fevereiro de 2023

**HELITON ALVES AGUIAR**  
Supervisor da SEVIT

**ALEX CORREA DE LELES**  
Diretor do NUASG

(Fim do documento)



Documento assinado eletronicamente por **Sara Regina da Silva Lago, Pregoeiro(a)**, em 25/04/2023, às 10:41 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trfl.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **17843934** e o código CRC **644BC8D1**.